

Quando as mulheres decidem pegar em armas

Raylane Andreza Dias Navarro Barreto¹  0000-0002-5602-8534

Marta Maria de Araújo²  0000-0001-5820-9462

¹Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Educação, Departamento de Fundamentos Sociofilosóficos da Educação, Recife, PE, Brasil. 50670-901 – dfsfe.ce@gmail.br

²Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Centro de Educação, Departamento de Fundamentos e Políticas da Educação, Natal, RN, Brasil. 59078-900 – dfpeceufrn@gmail.com



Resumo: O que levou as mulheres pegarem em armas no regime civil militar brasileiro? Teria sido o mesmo motivo que as levou aos bancos escolares, à universidade, ao mercado de trabalho? Ou teria sido a luta pela igualdade dos direitos civis e a garantia dos direitos humanos? Ou, ainda, o combate ao autoritarismo e a luta pela democracia? Para responder a tais questionamentos, tomamos como objeto de análise as trajetórias de vida de quatro mulheres, presas políticas acusadas de subversão e de serem membros do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR) em Pernambuco, no período de 1968 a 1978. Teoricamente, tais trajetórias foram analisadas à luz dos pressupostos da história das mulheres. O resultado evidencia práticas femininas que compõem um perfil de mulheres ativas e revolucionárias, distinto do "estereótipo" de passividade, que tanto as estigmatiza na escrita da História.

Palavras-chave: Ditadura civil-militar; luta armada; mulheres; PCBR; Pernambuco.

When women decide to take up Arms

Abstract: This study examines the motivations behind women's involvement in armed resistance during the civil-military dictatorship in Brazil. It investigates whether these motivations were comparable to those driving their pursuit of education and entry into the workforce prior to the dictatorship, or if they stemmed from a commitment to combat authoritarianism and advocate for democracy. Through an analysis of the activist trajectories of four female political prisoners affiliated with the Brazilian Revolutionary Communist Party (PCBR) in Pernambuco from 1968 to 1978, this research aims to elucidate women's political agency in the public sphere. By employing documentary and bibliographical research under the thematic framework of 'Women and Political Formation,' this study reveals distinct feminine practices that challenge the historical stereotype of female passivity.

Keywords: Military civil dictatorship; Armed struggle; Women; PCBR; Pernambuco.

Cuando las mujeres deciden tomar las armas

Resumen: ¿Qué hizo que las mujeres tomaran las armas en la dictadura civil militar? ¿Será el mismo motivo que las llevó a incorporarse a los bancos escolares, a la universidad, al mercado de trabajo años atrás? ¿O fue por la oposición al autoritarismo y la lucha por la democracia? Con el objetivo de poner de manifiesto elementos de actuación política de las mujeres en el espacio público, buscamos contestar a tales cuestionamientos tomando como objeto de análisis las trayectorias de militancia de 4 mujeres presas políticas acusadas de subversión y de ser miembros del Partido comunista revolucionario brasileiro (PCBR) en Pernambuco de 1968 a 1978. A partir de la investigación documental y bibliográfica y bajo el tema "Mujeres y formación política", pudimos evidenciar prácticas femeninas que componen un perfil de mujeres activas distinto del estereotipo de pasividad que las estigmatizan en la escritura de la Historia.

Palabras clave: Dictadura civil militar; lucha armada; mujeres; PCBR; Pernambuco.

Introdução

A história que vamos contar para vocês envolve subjetividades. A primeira delas é que se trata de um artigo de mulheres, sobre mulheres. A segunda é que, assim como as autoras, as mulheres aqui retratadas estão, no espectro da política, à esquerda. Tais elementos, por sua vez, não se sobrepõem – nem de forma superior, nem inferior – à operação historiográfica. Isso porque, embora a escolha do tema e da abordagem considere essas subjetividades, o método de investigação histórica foi seguido. Nesse sentido, convém registrar que o trabalho, teoricamente, está alicerçado na História das Mulheres, conforme Michelle Perrot (2006), para quem o lugar de vítima na história não pode ser definidor da experiência histórica feminina.

O locus da análise é Pernambuco, cujas referências aos enfrentamentos à ditadura são significativas no contexto brasileiro. Tal como ocorreu em outros estados, pernambucanos e pernambucanas tiveram governador e prefeitos cassados e presos, e homens e mulheres de esquerda, considerados subversivos, foram perseguidos e/ou presos, alguns deles assassinados ou desaparecidos.

Foi na cidade do Recife, inclusive, que se concentrou um número significativo de apenadas oriundas de diversas regiões do país, uma vez que a Colônia Penal Feminina Bom Pastor – administrada por freiras da Congregação do Bom Pastor – foi destinada como unidade de custódia de presas políticas. Nessa prisão, estiveram encarceradas muitas das 225 mulheres fichadas no Departamento de Ordem Política e Social de Pernambuco (DOPS-PE), e que compõem o universo de mulheres aprisionadas durante o regime ditatorial no estado. Trata-se de um grupo composto por mulheres de múltiplas nacionalidades e, em alguns casos, de outras nacionalidades (Raylane Barreto; Maria Eduarda Silva; Hemilly Silva, 2024; Barreto; Luciano Faria Filho, 2025).

Para este artigo, em especial, nos detivemos às trajetórias de atuação política de quatro dessas mulheres – mais especificamente, mulheres que fizeram parte do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário, uma das distintas ramificações do Partido Comunista. São elas: a estudante da Faculdade de Filosofia e professora Maria Teresa de Lemos Vilaça, a costureira Anatália de Souza Melo, a estudante primária Helena Mota Quintela e a estudante de enfermagem da UFPE Ranúzia Alves Rodrigues.

Há que se ressaltar que muitas mulheres, junto a companheiros e companheiras, fizeram parte de outros “grupos de esquerda”, a saber: o Comando de Libertação Nacional (COLINA) e a Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), criados em 1964; a Organização Revolucionária Marxista Política Operária (Polop); a Vanguarda Armada Revolucionária-Palmares (VAR-Palmares), dentre outros grupos que optaram pela luta armada como forma de combate à ditadura civil-militar implantada no Brasil. Esses grupos foram duramente derruídos pelos militares a partir do Ato Institucional nº 5 (AI-5) (Brasil, 1968), que, dentre outras determinações, considerava todo opositor subversivo e seus próprios atos irrevogáveis, o que culminou no combate violento e acachapante de todo grupo considerado inimigo.

Há que se registrar também que o Partido Comunista (PC) tem uma história marcada por várias cisões. Embora de esquerda, não era um partido homogêneo, razão pela qual muitos dos seus membros se tornaram dissidentes ao discordarem do *modus operandi* do Comitê Central do Partido no combate às ditaduras em todo o mundo. No cenário brasileiro, do PC descenderam o PCB, o PCBR e o PCdoB. A partir das dissidências dentro deles – oriundas tanto das perseguições sofridas quanto das próprias discordâncias entre seus membros –, outros grupos foram criados, como os acima citados (Carla Silva, 2021).

Embora muitos dos membros desses grupos tenham sido presos e até mortos, os que sobreviveram se juntaram e resistiram, ou se dispersaram e ampliaram seu poder de ressonância. Tendo como uma de suas principais características a luta armada, esses grupos revolucionários mais aguerridos – resguardadas as diferenças entre seus membros – pegaram em armas objetivando promover a derrubada das instituições político-sociais vigentes e a instauração de um regime comunista no Brasil, conforme a bibliografia sobre o tema nos faz entender. Para isso, acabar com a ditadura, a partir da derrubada dos militares, era o primeiro passo. Assim, alguns de seus membros roubaram, sequestraram e mataram em nome da libertação nacional. Isso porque, para a maioria deles, combater com as mesmas armas dos militares era o único caminho – sobretudo por esses grupos comportarem boa parte de ex-militares, a maioria expulsa das Forças Armadas depois do golpe de 1964.

João Roberto Laque (2013) assim descreve a estrutura orgânica das agremiações de esquerda:

Obedece a um modelo hierarquizado herdado dos partidos comunistas. Na base da pirâmide ficam os simpatizantes, aqueles que concordam com a linha de atuação da sigla, mas não mantêm um contato mais estreito com ela. Ali também está o apoio, militante que contribui com algum dinheiro, cede locais para esconderijo, consegue documentos falsos ou cuida de ajudar o transporte de pessoas ou coisas.

O meio do triângulo é ocupado por quadros, guerrilheiros que, de arma em punho, se dedicam ao enfrentamento direto com os militares e as polícias políticas estaduais. No topo se instala a direção, pessoas que, por sua formação, qualidades pessoais ou história dentro das esquerdas, se qualificam ao comando (Laque, 2013, p. 141).

As mulheres de quem aqui trataremos estão no meio da pirâmide. São consideradas guerrilheiras, de modo que em algum momento de sua militância pegaram em armas para enfrentar seus algozes. Não necessariamente mataram, mas simbolizaram nas armas de fogo uma alternativa de militância política que, somada a seus engajamentos na organização dos chamados “aparelhos comunistas” – espécie de núcleo de difusão e formação das ideias comunistas –, as colocaram na mira do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) da ditadura civil-militar brasileira, que as prendeu e expropriou de todos os seus direitos.

As pesquisas documentais e bibliográficas realizadas permitiram o encontro com fichas policiais, prontuários médicos, depoimentos, processos de pedidos de anistia, memórias da época, matérias de jornais, além do relatório da Comissão da Verdade Dom Helder Câmara (Pernambuco). Tais documentos, considerados fontes sensíveis, como nos fazem entender Caroline Silveira Bauer e René Ernani Gertz (2009), foram encontrados no Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (Apeje), no acervo da Companhia Editora de Pernambuco (Cepe), na Hemeroteca da Fundação Biblioteca Nacional e no acervo do Serviço Nacional de Informações do Arquivo Nacional. São documentos que nos revelam um universo informativo, por meio do qual é possível compreender muitos dos elementos da formação política de esquerda, que, por sua vez, está carregada de táticas de sobrevivência e ideologias.

Tratando-se especificamente de mulheres, os registros encontrados em tais documentos permitem uma análise mais verticalizada sobre as motivações e, sobretudo, os modos como elas resistiram e combateram o autoritarismo. Convém ressaltar que, à época, tanto homens quanto mulheres eram considerados sujeitos militantes. As lutas femininas/feministas e suas pautas eram consideradas secundárias, pois tanto por parte dos militares quanto dos militantes políticos – fossem de esquerda ou de direita – o principal problema a ser enfrentado era, de um lado, o regime político autoritário, e, do outro, os considerados subversivos. Os de esquerda queriam, em sua maioria, retomar a democracia, enquanto alguns postulavam a implantação do comunismo; os de direita, a permanência do regime autoritário.

Marcado pela castração de direitos, pela censura, pela privação de liberdade de todas e todos que não concordassem com os ditames impostos – além de extremas violências físicas e psicológicas –, o regime civil-militar durou de 1964 a 1985. No entanto, suas consequências são visíveis na sociedade brasileira ainda hoje, como demonstram todas as alusões a ele nos últimos oito anos, culminando na eleição para presidente da República de um de seus principais defensores, que demonstrou claramente o tratamento dado às mulheres de esquerda.

Naquela época, todos os movimentos politicamente mais à esquerda foram castrados. Não houve espaço legal para pensamento, ação ou ideologia que não fosse eminentemente de direita. Em outras palavras, quem não concordava com os mandos e desmandos dos militares e civis que assumiram o poder por meio de um golpe de Estado foi perseguido, preso, difamado, violentado e, muitas vezes, assassinado – não sem antes ser torturado e ameaçado, como a historiografia, os depoimentos e as memórias sobre o período nos permitem entender.

São muitos os livros produzidos por pesquisadores da temática e por pessoas que viveram durante o referido regime e sofreram por causa dele. Dentre seus autores estão: Rodrigo Patto Sá Motta (2002), Carlos Fico (2004), Ângela de Castro Gomes e Jorge Ferreira (2014), Maria Celina D'Araujo (2014), Flávio Tavares (2014), Carlos Chagas (2014), Marco Antonio Villa (2014), Daniel Aarão Reis Filho (2014), Marcos Napolitano (2018), o jornalista Elio Gaspari (2014a; 2014b; 2014c; 2014d; 2014e), com sua coleção de cinco volumes sobre a ditadura, e ainda Marcília Gama da Silva e Thiago Nunes Soares (2021a; 2021b; 2021c), que organizaram uma coletânea de três volumes, dentre muitos(as) outros(as) que estudaram o período. Em suas análises, ficam claras não somente as motivações do golpe e as características do período – marcado ora pelas disputas ideológicas e de projeto de país, injustiças e violências, ora pelas ardilosas artimanhas que envolveram personagens da nossa história política, ora pelas muitas resistências.

O Brasil e a luta armada no Cone Sul

O Brasil não foi o único país a passar por um governo autoritário; tampouco foi o único que contou com mulheres na luta armada. Tamara Vidaurrezaga Aránguiz e Javierra Robless Recabarren (2021), no artigo “La muerte cotidiana: Militancia femenina y lucha armada en Chile, el MIR y el FPMR (1970-1990)”, apresentam dados e reflexões esclarecedoras sobre a participação feminina na resistência armada contra a ditadura de Pinochet, no Chile, durante o período indicado. A partir de documentos oficiais, jornais e narrativas orais, as autoras revelam uma série de ações em organizações de esquerda e no Partido Comunista Chileno, o que nos permite compreender as motivações que levaram as mulheres à luta armada. Segundo as autoras,

Las militantes transgredieron los binarismos femenino/masculino, naturaleza/cultura, vida/muerte, desestabilizando el orden sexo genérico hegemónico y provocando fuertes reacciones; evidenciadas en cómo se las reconstruyó estereotipadamente, y en las represiones específicas genéricas sexuales a las que fueron sometidas, en tanto encarnación del mal y de la feminidad fallida (Vidaurreaza Aránguiz; Recabarren, 2021, p. 182).

Tal como Vidaurreaza Aránguiz e Recabarren, interessa-nos, neste artigo, entender como as mulheres, em especial as brasileiras, participaram de organizações e movimentos de esquerda que adotaram a luta armada como meio não apenas de acabar com o regime ditatorial, mas de promover a revolução comunista. Queríamos entender por que aquelas mulheres pegaram em armas: se as motivações eram estruturais – fundadas na desigualdade de gênero com raízes religiosas e patriarcais – ou se o revólver, o fuzil, a bomba, a faca e o porrete eram apenas mais um instrumento entre outros, com os quais se somam aquelas que as colocaram nos bancos escolares, na universidade ou mesmo disputando no mercado de trabalho.

Para isso, analisamos quatro experiências de mulheres presas em Pernambuco, acusadas de subversão e militância no Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR) durante os “anos de chumbo”, sob os governos de Costa e Silva (1967-1969) e Médici (1969-1974), com 1968 marcando o início do AI-5, que conferiu poderes ilimitados ao presidente, inclusive para suspender direitos políticos daqueles e daquelas que os conseguiram por meio de eleições democráticas.

Ao contrário do Chile, que vivenciou um único ditador (Pinochet, entre 1973 e 1990), o Brasil teve seis presidentes militares: Castelo Branco; Costa e Silva (início dos “anos de chumbo”); Emilio Garrastazu Médici; Ernesto Geisel (início da abertura política); e João Batista Figueiredo. Essas diferenças entre governantes influenciaram as estratégias de oposição, pois esses governos, embora autoritários, não foram réplicas um do outro em seus respectivos *modus operandi*. De igual modo, há também que se considerar que luta armada não pode ser confundida com violência política, uma vez que esta, em se tratando de lutas, soa possível, uma vez que é na violência que muitos conseguem impor ou manter sua ideologia. Nesse sentido, concordamos com Vidaurreaza Aránguiz e Recabarren (2021, p. 177), que assim explicam:

Diferenciamos la violencia política – más general – de la lucha armada, expresión posible de la anterior, en tanto la primera engloba múltiples acciones que devienen y/o persiguen fine políticos y pueden ser realizadas por amplios sectores sociales, por ejemplo, revueltas, protestas, barricadas, cortes de camino, tomas de terreno, entre otros. En cambio, la lucha armada requiere una adscripción oficial, formación especializada, así como planificación y dirección política y militar. Esta distinción es relevante en tanto el PCCh rechazó la lucha armada en la mayor parte del período estudiado, cuestión que cambió en 1980 con la Política de Rebelión Popular de Masas (PRPM) que dio origen al FPMR, aunque históricamente contempló otras expresiones de la violencia política.

Maicon Ferreira (2014) acrescenta que a luta armada no Brasil foi uma “via de atuação política das esquerdas” já em pauta desde 1965, consolidada após o AI-5 em 1968, com destaque em Pernambuco via PCBR, ALN e VAR-Palmares. Para ele: “A opção pela luta armada não foi tão somente uma reação ao endurecimento do regime... muito contribuiu esse talho abrupto nessa escalada de mobilizações para a escolha da luta armada...” (Ferreira, 2014, p. 93). No entanto, conforme Marcelo Ridenti (2004, p. 57), “[...] eram pequenas e frágeis demais para tomar o poder” e as oposições não se unificaram além de um objetivo comum: o fim da ditadura. Ainda assim, a luta armada – embora pontual – representou resistência política, física e ideológica, um marco importante também na militância feminina, afinal, como lembra Perrot, “[...] as mulheres souberam apoderar-se dos espaços que lhes eram deixados ou confiados para alargar a sua influência até as portas do poder” (Perrot, 1991, p. 503).

E elas combateram o bom combate

Poder é um substantivo masculino e quer dizer, dentre outras coisas, capacidade de realizar certas ações, como define qualquer dicionário de língua portuguesa. As quatro mulheres cujas trajetórias fazem parte deste estudo, em alguma medida, exerceram poder – o poder de fazer o que achavam certo. Embora subjugadas, em condições desumanas, secundarizando seus entes queridos e vivendo na clandestinidade, elas exerceram poder. Foram presas e algumas assassinadas, mas convictas do imperativo “independência ou morte”.

Elas têm origens sociais, econômicas, geográficas e formações distintas, mas têm em comum a militância política de esquerda, a filiação ideológica ao PCBR e a decisão pela luta armada. Quando de sua atuação, duas delas eram estudantes universitárias, outra era costureira e tinha o segundo grau completo, e a outra havia cursado até a quarta série primária.

A pernambucana Maria Teresa de Lemos Vilaça (codinome Adriana) era estudante de História da Faculdade de Filosofia de Pernambuco e membro do Movimento Estudantil. Era vice-presidente do Diretório Acadêmico quando foi presa no DOPS, em 1970, com 25 anos, juntamente com outras pessoas consideradas subversivas, entre elas Yara Falcon, Vera Lúcia

Striguini e Cleusa Dorneles. O motivo da prisão de Maria Teresa foi a participação no Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR), na Aliança Nacional Libertadora e, sobretudo, segundo matéria do *Jornal do Comércio* de 28 de abril de 1970, o seu envolvimento no assalto ao Banco Financial, em Cavaleiro, Jaboatão dos Guararapes, no litoral pernambucano, com o objetivo de conseguir recursos para financiar o movimento de enfrentamento à ditadura estabelecida desde o golpe militar em 1964. Sua sentença foi de dez anos, mas permaneceu presa por volta de quatro.

Já a costureira Anatólia de Souza Melo, ou Anatólia Melo Alves, de codinome Marina, ou Maria Lúcia dos Santos, morreu na prisão. Ela nasceu em 1945, em Martins, no Rio Grande do Norte, e, assim como o marido, o bancário Luiz Alves Neto, foi para Pernambuco como membro do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR). Ali, eles atuaram como células do partido, morando em Caruaru, Palmares, e, depois, em Campina Grande (Paraíba) e Palmeira dos Índios (Alagoas). Ela voltou depois para Pernambuco, onde morou em Limoeiro e, depois, em Gravatá. Em 1974, com 28 anos, foi presa junto ao marido por criarem aparelhos comunistas nos lugares pelos quais passaram, sobretudo no meio rural. Fazia parte de sua rede, além do marido, Isolda Maria Carneiro de Melo, que também foi sua companheira de cela.

Helena Mota Quintela, de codinomes Matilde, Olga, Guerrilheira e Regina, tinha por rede, além de sua prima e do namorado desta, Miriam Lopes Verbena e seu marido. Ela, que cursara apenas até a quarta série primária, foi presa em 1970, aos 22 anos. Sua atuação no PCBR se deve à sua prima Maria Quintela e ao namorado desta, José Gersino (Edson). Era uma adolescente em Calcaia, no Ceará, quando sua prima, à época estudante de Jornalismo, e alguns amigos de faculdade foram até a fazenda de sua família para treinar tiro ao alvo, bem como o manuseio de bombas. Helena, que num primeiro momento não entendia a situação, passou não somente a compreender, mas também a fazer parte do grupo. Isso porque eles a fizeram entender, a partir dos problemas de sua escola, que ela precisaria fazer parte do movimento estudantil que tinha por essência lutar por melhores condições de estudo. Segundo o relatório da Secretaria de Segurança Pública de Pernambuco, ela foi acusada de pixação, treino de uso de armas, porte de armas e de entregar panfletos do partido; motivos que a levaram à prisão.

Já a pernambucana de Garanhuns, Ranúzia Alves Rodrigues, de codinomes Florinda, Olívia, Maria, Magra e Mirtes, também era membro do PCBR e foi presa pela primeira vez em 1968, durante o Congresso da União Nacional dos Estudantes em Ibiúna, quando foram presos centenas de estudantes que dele participavam. Isso a fez perder o direito de cursar Enfermagem na UFPE, em 1969, por força do Decreto-Lei nº 477, de 26 de fevereiro de 1969 (Brasil, 1969), que definia sanções para “infrações disciplinares” de professores e estudantes. Em 1972, mudou-se para o Rio de Janeiro sob falsa identidade, e passou a ajudar o partido no aparelho criado dentro de sua residência, onde morava com seu marido de fachada, Arthur Cantalice (Ataliba). Ranúzia foi acusada de roubo de carros à mão armada, assalto a loja e de envolvimento no assassinato de um delegado do DOPS. Foi assassinada em 1973, com 28 anos de idade. Na versão dos militares, ela foi morta depois de se envolver em um tiroteio seguido da explosão de uma bomba na Praça Sentinela, em Jacarepaguá (Rio de Janeiro), junto com dois colegas – Ramirez Maranhão do Vale e Almir Custódio de Lima. Esses, além de Vitorino Alvez Moutinho, foram acusados de assassinar Salatiel Pereira Rolins, ex-membro do PCBR, visto por seus colegas como traidor. Além deles, sua rede era composta por Fernando Augusto Valente da Fonseca (Sandália, Comprido e Gil), Arthur Cantalice (Ataliba – parceiro de fachada), Dr. Josias Pires Ferreira (médico aliado do PCBR), Artemis Alpha de Melo, membros da UNE e do PCBR, lideranças da esquerda em Pernambuco (Brasil, 1973).

Quando interrogamos as fontes sobre o porquê dos engajamentos dessas mulheres na luta armada, considerando o que passaram em termos de perseguições, prisões, torturas, exílio, clandestinidade e até a morte, a resposta não é outra senão a de que todas – que inclui as outras mulheres que participaram da luta armada – estavam combatendo o autoritarismo e defendendo a igualdade de direitos. Entretanto, combater o sistema em prol do comunismo dá conta do objetivo de todas as pessoas que resistiram e combateram a ditadura, independentemente do gênero. De modo que, ir mais a fundo, buscando entender o perfil político dessas mulheres, fez-nos compreender, embora com limitações, como a militância feminina foi constituída, como lidaram com a identidade de seus corpos, como driblaram as imposições ao seu gênero e como foi possível ser mulher e guerrilheira em um regime político marcado pela castração de direitos.

Não sem razão,

Mary Nash y Susanna Tavera indican que frente a todas las guerra, las mujeres han tomado posiciones individuales o colectivas, aunque sus voces de protesta y/o apoyo a la beligerancia no fueran reconocidas en las decisiones públicas. A principios del siglo XX, las adelitas integraron los ejércitos de la Revolución mexicana. En Cuba, la revolución de 1959 contó con reconocidas guerrilleras, y en Sudamérica y América Central en los setenta y ochenta, las mujeres no solo participaron de las luchas anticolonialistas y de resistencia a las dictaduras,

sino que incluso las dirigieron, como en Nicaragua o El Salvador (Vázquez; Randall, 1996 *apud* Vidaurrazaga Aránguiz; Recabarren, 2021, p. 181).

De acordo com um relatório do SNI da Aeronáutica (Brasil, 1973), esse também foi o caso de Ranúzia Alves, considerada uma das três dirigentes do PCBR. Ranúzia, assim como Ramirez Maranhão do Vale e Almir Custódio de Lima, fazia parte do que chamaram “Comissariado Nacional Provisório” do partido que, segundo esse relatório, por causa das baixas dos membros em decorrência das ações de repressão, acumulava as frentes necessárias à sobrevivência da estrutura partidária. Ainda segundo o SNI da Aeronáutica, o partido era dividido em frentes, cada uma com uma função. Assim, havia as frentes de massas, a militar, a base médica, o setor de logística, o setor de inteligência e o setor de imprensa. Com a repressão proporcionada sobretudo pelo AI-5, houve, por parte dos sobreviventes, uma tentativa de resistência, uma das ações foi a criação de tal comissariado. A partir dele, que tinha como única integrante mulher Ranúzia Alves, passaram a imprimir os jornais “Resistência Popular”, “Movimento de Integração e Luta” e “Militante” (Brasil, 1973). Tal meio de comunicação era a principal forma de ação dos militantes de esquerda. Uma das razões pela qual, por exemplo, Helena Quintela foi presa por “roubar” mimeógrafo e máquina de escrever.

A repressão a qualquer tipo de militância de esquerda foi sentida fora e dentro das prisões, como rememorado pela sobrevivente Maria Teresa Vilaça nos autos do processo de pedido de indenização ao Estado de Pernambuco, em vista de “[...] quase dois anos de convivência com momentos indescritíveis de agressões, enlouquecimentos, brigas, ferimentos”. Sobre isso, ela acrescenta: “Depois da prisão, tive muitos problemas de readaptação ao dia a dia: memória falhando, depressão, dificuldades de compreender as coisas, momentos de distanciamento de tudo, pesadelos e medo. Medo repentino, sem causa, sem consciência de onde vem” (Vilaça *apud* Pernambuco, 2001a). Em seu depoimento, além do objetivo dos militares para a sua prisão – dar conta dos padres e intelectuais comunistas –, constam elementos a serem pensados sobre a violência psicológica via família passada por uma presa política. Assim, ela rememorou:

Durante o período de prisão, sofremos coletiva e individualmente todo tipo de pressão psicológica, desde visitas de representantes dos órgãos de repressão para interrogatórios, assim como ameaças de morte, chegando essa pressão até nossos familiares, que sofriam todo tipo de vexames, independente de idade e sexo, particularmente na hora da visita, onde a revista era feita da forma mais abusiva possível, principalmente com a polícia feminina que revistava até as roupas íntimas de mães, avós e todas as demais pessoas. Além dessa situação, também ocorriam telefonemas anônimos para as residências, sendo um exemplo a residência dos meus pais, a ponto de um dia minha mãe se deslocar até a penitenciária durante a semana pois foi ‘comunicada’ que eu havia sido solta, quando o mesmo só veio a acontecer anos depois (Vilaça *apud* Pernambuco, 2001a).

O filho de Helena Mota Quintela, em depoimento anexado ao processo de pedido de indenização ao Estado de Pernambuco, rememora as conversas com os pais e deixa ainda mais evidente o que muitas mulheres militantes da esquerda política passaram nas dependências do DOI-CODI, que era o órgão de repressão e inteligência durante a ditadura militar brasileira que foi criado pelo Exército:

Um dos temas mais recorrentes dessas conversas fragmentadas está relacionado às ameaças que ela sofreu no DOI-CODI de ter o filho retirado do ventre a faca. Sobre torturas físicas, lembro de relatos feitos por ela sobre choques elétricos nos dedos dos pés e de pancadas dadas nas coxas (gostaria de destacar que minha mãe, nessa época, estava grávida de 4 meses do meu irmão mais velho). Outro detalhe que recordo dos breves relatos dela: logo no início da detenção, ela foi colocada nua numa cela, após uma sessão de torturas, onde já se encontrava outro preso político do sexo masculino – fato que muito a envergonhou. Lembro de outro episódio dessa época, do qual ela falava com um pouco mais de desenvoltura, no dia em que ela deu à luz meu irmão mais velho, foi conduzida em trabalho de parto ao hospital do exército por uma guarda de 4 a 5 policiais armados de metralhadoras. Segundo relatos dela, o oficial médico que a atendeu foi extremamente grosseiro e que, por isso mesmo, ela resolveu dar uma demonstração de valentia, não se permitindo sequer gemer durante as dores do parto. E ela conseguiu (Pernambuco, 2001b).

Quando somamos as informações desse depoimento a outras fontes, ficam evidentes os atos de violência sofrida por Helena, em particular, mas que podem, sem sombra de dúvida, ser considerados em relação a outras mulheres, como foi o caso de outra presa política em Pernambuco, a paraguaia Soledad Viedma que, além de todas essas violências, foi assassinada com um filho no ventre. De modo que a sensação de vergonha advinda de um corpo grávido e torturado nu na frente de outro preso aliada a outras formas de violência que somente às mulheres eram admitidas constituem elementos que reforçam o entendimento não apenas das violências sofridas, mas dos poderes femininos que delas decorrem.

Soma-se à memória do filho de Helena, a de Luiz Alves Neto (2012 *apud* Pernambuco, 2017), marido de Anatólia, que narra em depoimento à Comissão da Verdade Dom Helder Câmara um dos episódios de tensão e a firmeza de propósito e de posição de sua companheira, quando de uma das emboscadas policiais pelas quais passou:

Quando eu cheguei no nosso aparelho, na nossa residência, quando tava me aproximando, me encontrei com Anatólia, eu disse: 'O que você está fazendo aí com esse revólver na mão?'. Ela fechou a casa, jogou a chave na rua e saiu com o revólver em punho. Encontrei com ela e indaguei, perguntei a ela. Ela disse: 'Eu vou matar Seu Josa. Eu ia matar Seu Josa porque na certa você estaria preso e eu executaria ele'. Essa foi a posição. Então nós pegamos o dinheiro e empreendemos uma fuga, sem contato com ninguém. Somente eu e ela nesse processo (Alves Neto, 2012 *apud* Pernambuco, 2017).

Lutar pelo comunismo, vingar a suposta morte do marido, resistir ao autoritarismo, eis alguns dos motivos que fizeram Anatólia pegar em armas, mas não os únicos. Amenizar a tristeza por não poder gerar filhos e ter um lugar onde pudesse ser feliz também figuram entre as motivações, como relata seu marido à CEMVDHC:

É natural você não conseguir reproduzir sua espécie, seus filhos. Mas não era a primeira vez que acontecia, se adaptou perfeitamente, eu já discutia com ela a possibilidade depois da revolução vitoriosa. Eu me lembro que nós estávamos em Maceió, na beira-mar, a gente viu umas casas bonitinhas. Ela disse 'Olhe, quando a gente ganhar, quando a revolução sair vitoriosa, vamos escolher aquela casa ali'. Ela sonhava com a convivência social, a convivência comigo, né? Quer dizer, tinha sonhos, apesar de [...] (Alves Neto, 2012 *apud* Pernambuco, 2017).

Esse depoimento nos faz entender os porquês da luta de Anatólia e o fim esperado: o pós-revolução. Sonho destruído por sua morte brutal e prematura nas dependências do DOPS, quando foi estuprada, queimada até a morte e enforcada por seu algoz. Um detalhe: ela nunca falou nada sobre o partido. Não há registro de depoimento seu, como revelou o marido depois à referida comissão. Delatar, para ela, não foi uma opção. Seu silêncio foi a única arma da qual dispôs e ela a empunhou como forma de poder, mesmo que isso tenha custado a sua vida.

Considerações Finais: Mulheres em Armas, Mulheres em Memória

A análise das trajetórias de mulheres militantes que aderiram à luta armada durante o regime militar brasileiro (1964-1985) revela um protagonismo político frequentemente negligenciado pelas narrativas historiográficas tradicionais. As práticas aqui examinadas – desde o engajamento ideológico à ação concreta em organizações como o PCBR – desconstruem a ideia de que essas mulheres atuaram apenas como coadjuvantes ou em papéis de suporte aos homens. Pelo contrário, os registros documentais evidenciam que elas exerceram formas de poder e resistência que exigiram decisões radicais em defesa de um projeto político alternativo ao regime autoritário.

Ainda que inseridas em um ambiente de extrema repressão, essas mulheres mobilizaram estratégias políticas próprias, atuando em múltiplas frentes: como combatentes armadas, articuladoras políticas, responsáveis pela logística e comunicação partidária, além de agentes diretas na captação de recursos para sustentar a resistência clandestina. Tais práticas desafiam concepções normativas de gênero e ampliam a compreensão sobre o papel feminino na resistência armada.

Mesmo em obras recentes, como as biografias das “guerrilheiras” Dilma Rousseff e Yara Yavelberg, analisadas por Juliana Nascimento (2019, p. 179), “[...] as prioridades dessas mulheres são invertidas e recordadas como mais brandas, menos políticas, e mais pessoais. Há uma tentativa, diretamente influenciada pelo machismo e pelos papéis de gênero, de enquadrá-las o máximo possível em papéis de ‘feminilidade’ aceitáveis dentro das biografias [...]” em detrimento de sua militância mais aguerrida.

Contudo, os dados levantados demonstram que essas mulheres não empunharam armas em nome de utopias ingênuas, mas por compreenderem a gravidade das violações sistemáticas de direitos humanos promovidas pela ditadura. Suas ações foram movidas por convicções políticas profundas, por um senso de justiça social e pela urgência de transformação estrutural do país. O uso da força, em muitos casos, foi uma resposta direta à violência institucionalizada.

Outro aspecto relevante diz respeito à violência de gênero sofrida por essas mulheres dentro dos aparelhos repressivos. Relatos de estupro, humilhações corporais, ameaças de aborto forçado e exposição à nudez diante de outros presos indicam que o corpo feminino foi alvo de uma violência específica e simbólica, com o objetivo de desumanizá-las e desqualificar sua atuação política. A caracterização de algumas como “prostitutas” ou “mulheres-macho”, conforme analisou Ana Maria Colling (1997), contribuiu para legitimar essa brutalidade.

Ainda assim, essas mulheres resistiram. Mesmo sob tortura, muitas se recusaram a delatar companheiros ou entregar informações estratégicas. Algumas morreram sem jamais ter feito

uma confissão. Outras sobreviveram, mas carregaram traumas físicos e psíquicos duradouros. Seus corpos e suas memórias tornaram-se documentos vivos da repressão, mas também dos poderes femininos frente à ditadura.

Portanto, é fundamental afirmar que as militantes cujas trajetórias foram aqui analisadas – e que são representativas de um universo maior de mulheres – não foram apenas vítimas da violência de Estado: foram sujeitas políticas, atuantes, capazes de mobilizar, liderar e transformar. Também por isso a presença feminina na luta armada deve ser reconhecida como parte essencial da história política do Brasil. Não se trata de romantizar ou glorificar a violência, mas de inserir as mulheres no campo da análise histórica com o devido protagonismo que lhes foi negado por décadas.

Hoje, a continuidade dessa luta se dá por outros meios. Se as armas empunhadas não são mais de pólvora ou ferro, a resistência persiste por meio da palavra escrita, da pesquisa histórica e da preservação da memória. A escrita acadêmica, nesse sentido, torna-se uma forma de justiça – uma arma simbólica contra o esquecimento.

Referências

BARRETO, Raylane Andreza Dias Navarro; FARIA FILHO, Luciano Mendes de. “Política e educação: formação e ação política de mulheres durante a ditadura civil-militar brasileira”. *Revista Brasileira de História da Educação*, v. 25, n. 1, 2025.

BARRETO, Raylane Andreza Dias Navarro; SILVA, Maria Eduarda Gomes Belo da; SILVA, Hemilly Suenny da. “La política como acción educativa: mujeres contra la dictadura cívico-militar en Brasil”. *Revista Argentina de Investigación Educativa*, v. 4, n. 8, 2024. Disponível em <https://portalrevistas.unipe.edu.ar/index.php/raie/article/view/344>. Acesso em 23/02/2025.

BAUER, Caroline Silveira; GERTZ, René Ernaini. “Fontes sensíveis da história recente”. In: PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tania Regina de (Orgs.). *O historiador e suas fontes*. São Paulo: Contexto, 2009.

BRASIL. *Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968*. Brasília: Senado Federal, 1968.

BRASIL. *Decreto-Lei nº 477, de 26 de fevereiro de 1969*. Brasília: Senado Federal, 1969.

BRASIL. *Relatório de Ranusia Alves Rodrigues*. Brasília: Ministério da Marinha, SNI/CNV, 1973.

CHAGAS, Carlos. *A ditadura militar e os golpes dentro do golpe: 1964-1969*. Rio de Janeiro: Record, 2014.

COLLING, Ana Maria. *A resistência da mulher à ditadura militar no Brasil*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1997.

D'ARAUJO, Maria Celina. *Redemocratização e mudança social no Brasil*. Rio de Janeiro: FGV, 2014.

FERREIRA, Jorge; GOMES, Ângela de Castro. *1964: o golpe que derrubou um presidente, pôs fim ao regime democrático e instituiu a ditadura militar no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

FERREIRA, Maicon Mauricio Vasconcelos. *Nos interstícios do Golpe: resistência da juventude em Pernambuco à Ditadura Civil-Militar Brasileira (1964-1972)*. 2014. Mestrado (Programa de Pós-Graduação em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, PE, Brasil.

FICO, Carlos. *1964-2004. 40 anos do golpe*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2004.

GASPARI, Elio. *A ditadura envergonhada: as ilusões armadas*. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014a.

GASPARI, Elio. *A ditadura escancarada: as ilusões armadas*. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014b.

GASPARI, Elio. *A ditadura derrotada: o sacerdote e o feiticeiro*. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014c.

GASPARI, Elio. *A ditadura encurralada: o sacerdote e o feiticeiro*. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014d.

GASPARI, Elio. *A ditadura acabada*. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014e.

LAQUE, João Roberto. *Pedro e os lobos. Os anos de chumbo na trajetória de um guerrilheiro urbano*. São Paulo: AVA, 2013.

- MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o perigo vermelho*. São Paulo: Perspectiva, 2002.
- NAPOLITANO, Marcos. *1964: história do regime militar brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2018.
- NASCIMENTO, Juliana Marques do. *Guerrilheiras e biografias: a imagem da mulher militante nos ciclos de memória sobre a ditadura civil-militar brasileira*. 2019. Mestrado (Programa de Pós-Graduação em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ, Brasil.
- PERNAMBUCO. *Processos de indenização de Maria Tereza Vilaça*. Recife, 2001a. (Acervo Cepe)
- PERNAMBUCO. *Processos de indenização de Helena Mota Quintela*. Recife, 2001b. (Acervo Cepe)
- PERNAMBUCO. Comissão Estadual da Memória e Verdade Dom Helder Câmara. *Relatório Final V1 e V2*. Recife, 2017. (Acervo Cepe)
- PERROT, Michelle. *Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2006.
- PERROT, Michelle. "Sair". In: DUBY, Georges; PERROT, Michelle (Orgs.). *História das mulheres: o século XIX*. Lisboa: Afrontamento, 1991.
- REIS FILHO, Daniel Aarão. *Ditadura e democracia no Brasil: do golpe de 1964 à Constituição de 1988*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.
- RIDENTI, Marcelo. "Resistência e Mistificação da Resistência Armada Contra a Ditadura: Armadilhas para pesquisadores". In: MOTTA, Rodrigo Patto Sá; REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo (Orgs.). *O Golpe e a Ditadura Militar: Quarenta Anos Depois (1964-2004)*. Bauru: Editora da USC, 2004.
- SILVA, Carla Luciana. *A revolução da VPR, a Vanguarda Popular Revolucionária*. Uberlândia: Navegando Publicações, 2021.
- SILVA, Marcília Gama da; SOARES, Thiago Nunes (Orgs.). *Pernambuco na mira do golpe: educação, arte-cultura, religião*. Cachoeirinha: Fi, 2021a.
- SILVA, Marcília Gama da; SOARES, Thiago Nunes (Orgs.). *Pernambuco na mira do golpe: direitos humanos, acervos, política, sociedade*. Cachoeirinha: Fi, 2021b.
- SILVA, Marcília Gama da; SOARES, Thiago Nunes (Orgs.). *Pernambuco na mira do golpe: mundos do trabalho e dos trabalhadores*. Cachoeirinha: Fi, 2021c.
- TAVARES, Flávio. *1964: o golpe*. Porto Alegre: L&PM, 2014.
- VIDAURAZAGA ARÁNGUIZ, Tamara; RECABARREN, Javierra Robles. "La muerte cotidiana: Militancia femenina y lucha armada en Chile, el MIR y el FPMR (1970-1990)". *Revista de Humanidades*, n. 43, p. 173-210, 2021.
- VILLA, Marco Antonio. *Ditadura à brasileira, 1964-1985: a democracia golpeada à esquerda e à direita*. Portugal: Leya, 2014.

Raylane Andreza Dias Navarro Barreto (raylane.navarro@ufpe.br) é feminista e professora da Universidade Federal de Pernambuco, onde atua na Graduação, no Programa de Pós-Graduação em Educação e no Mestrado Profissional em Educação Básica. Lidera o Gepifhri/UFPE/CNPq. Coordena o Projeto financiado pelo edital Universal MCTIC/CNPq 2021 "A relação mulheres-educação e regime político autoritário no nordeste do Brasil (1964-1979)". Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6749653436674174>.

Marta Maria de Araújo (martaujo@uol.com.br) é feminista, doutora em Fundamentos da Educação e Didática pela USP (Universidade de São Paulo). Professora do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) e líder do Grupo de Pesquisa Educação de Mulheres nos séculos XIX e XX. É membro do "Projeto de pesquisa Mulheres e educação no século XIX: artefatos e sensibilidades", financiado pelo edital Universal MCTIC/CNPq 2021. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6905794496420579>.

COMO CITAR ESTE ARTIGO DE ACORDO COM AS NORMAS DA REVISTA

BARRETO, Raylane Andreza Dias Navarro; ARAÚJO, Marta Maria de. "Quando as mulheres decidem pegar em armas". *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 34, n. 2, e110979, 2026.

CONTRIBUIÇÃO DE AUTORIA

As autoras contribuíram igualmente.

FINANCIAMENTO

A pesquisa que deu origem a este artigo foi financiada com recursos do edital Universal MCTIC/CNPq 2021.

DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE DE DADOS

Os dados de pesquisa estão disponíveis em repositório.

CONSENTIMENTO DE USO DE IMAGEM

Não se aplica.

APROVAÇÃO DE COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

Projeto "A relação mulheres-educação e regime político autoritário no nordeste do Brasil (1964-1979)" CAAE: 57957922.2.0000.5208 foi aprovado pelo parecer n. 5.452.588 (Plataforma Brasil).

CONFLITO DE INTERESSES

Não se aplica.

LICENÇA DE USO

Este artigo está licenciado sob a [Licença Creative Commons CC-BY 4.0 International](#). Com essa licença você pode compartilhar, adaptar, criar para qualquer fim, desde que atribua a autoria da obra.

HISTÓRICO

Recebido em 24/02/2026

Aprovado em 02/03/2026

EDITORA RESPONSÁVEL

Maria Celi Chaves Vasconcelos  0000-0002-3624-4854

EDITORA CIENTÍFICA

Cristina Scheibe Wolff  0000-0002-7315-1112

